



A importância do capital de giro no agronegócio

Evaristo Câmara Machado Netto¹

Sempre que uma catástrofe natural se abate sobre a agricultura, os produtores rurais brasileiros enfrentam a mesma situação desesperadora: falta dinheiro para pagar os financiamentos e empréstimos contraídos para o plantio. A mesma situação se repete quando o preço de alguma “commodity” sofre alteração no mercado internacional. Os dois exemplos recentes, e graves, se abateram nos últimos meses sobre a agricultura brasileira – a seca prejudicou principalmente a produção no Sul do País e o preço da soja caiu em nível global. Como consequência, os agricultores vão amargar prejuízos consideráveis em 2005.

O Brasil é uma potência agropecuária: é o terceiro maior exportador agrícola mundial, atrás apenas dos Estados Unidos e da União Européia. Desponta como o primeiro produtor e exportador de café, suco de laranja e açúcar. É o segundo maior na produção de soja e tem a liderança na exportação desse grão. Também está na segunda colocação no ranking mundial em produção e exportação de farelo e óleo de soja.

Para manter este ranking e crescer com as oportunidades que surgem pela demanda mundial por alimentos, o governo deve

mudar a forma de encarar a agricultura. Para evitar ou minimizar perdas futuras, existem dois caminhos possíveis. O primeiro passa pelo governo. São ações básicas: investir em políticas claras e de longo prazo para o setor, ofertar um seguro rural que garanta a renda do produtor e criar mecanismos para equilibrar o mercado, usando um estoque regulador de produtos quando for necessário. No caso do seguro de renda, a medida está ao alcance do governo. Basta implementar. Não se trata de subvenções, proteção ou ajuda, mas de criar condições que garantam a estabilidade deste mercado influenciado a cada safra por variáveis incontornáveis, como o tempo.

Com o governo dando a base, podemos começar a trilhar o segundo caminho, ou seja, a formação de capital de giro nas propriedades. Hoje, o agricultor consegue apenas sobreviver e vive o momento. Comemora safras recordes e não faz reservas porque quase sempre é arrojado e reinveste o que ganha. Aliás, esta é uma condição essencial para se manter no mercado, mas acaba se refletindo em outra realidade: com a implantação de técnicas e equipamentos modernos, a produção tende a aumentar e os

preços caem. O produtor não tem saída: se parar de investir, sai do mercado; se modernizar a produção, vê os preços caírem. A lógica é cruel e, neste ciclo, dificilmente sobra algum recurso para criar fundos de reservas.

O capital de giro, comum nas empresas, é peça-chave para a estabilidade da agricultura e da própria economia. Quando o agricultor perde uma safra, toda a cadeia ao seu redor se desestabiliza, com reflexos quase sempre geradores de problemas mais sérios, como o aumento do êxodo rural. Outra consequência direta é o reflexo no comércio dos municípios de economia agrícola. A queda brusca de renda pode inviabilizar a administração das pequenas cidades. Sem dinheiro, o agricultor não compra, o comerciante não vende e os pequenos municípios ficam ainda mais pequenos.

O produtor rural precisa poupar, mas hoje ele não consegue. Sem seguro de renda, políticas de longo prazo, medidas de emergência para controlar os preços e regular o mercado, a situação não vai melhorar. A mudança é cultural e precisa acontecer para que o agronegócio continue apresentando os bons resultados dos últimos anos.

¹Presidente do Sistema Ocesp/Sescoop-SP, (Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo em São Paulo), Rua Correia Dias, 185, 04104-000 Paraíso, São Paulo, SP, contatos: cintia@libris.com.br